



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026

**REFORMA TRIBUTÁRIA
DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO
E COORDENAÇÃO FEDERATIVA**

Ricardo Neves Pereira

Subsecretário da Receita Estadual do Rio Grande do Sul



O *Big Bang* da Reforma Tributária

Novo universo tributário

INÚMEROS DESAFIOS



Econômico

Mudanças nas atividades econômicas e mercados



Fiscal

Ajustes nas políticas fiscais e arrecadação e impostos



Jurídico / Normativo

Alterações nas leis, processos judiciais, interpretação e harmonização



Federativo

Mudanças nas relações entre os níveis de governo




Tecnológico / Operacional

Construção dos sistemas e ajustes nos processos para conformidade



Social / Comunicacional

Engajar a sociedade, com diálogo permanente com os contribuintes

 **Muitas frentes interdependentes que precisam convergir**
(um atraso pode impactar o todo)

SISTEMAS



NORMAS




PROCESSOS

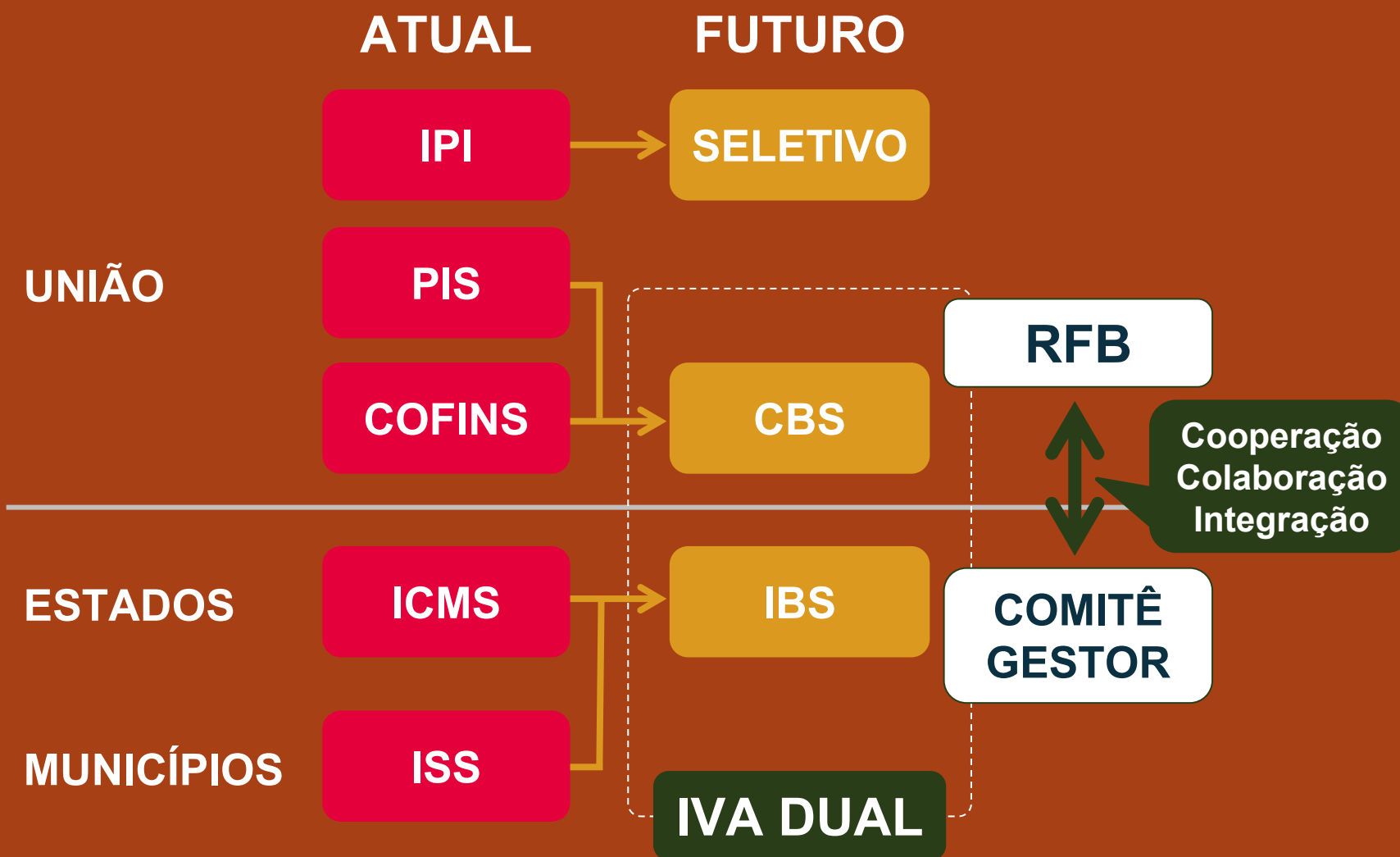


PRAZOS



 **Diversas formas já previstas para enfrentar os desafios** *(ex.: fundos, transição de tributos, transição federativa...)* e um amplo trabalho sendo realizado nacionalmente

O DESAFIO FEDERATIVO



Pela primeira vez, União, estados e municípios administram um mesmo tributo.

Coordenar deixa de ser virtude e passa a ser requisito de funcionamento.

O DESAFIO OPERACIONAL

76

é o número de sistemas necessários para viabilizar a operacionalização plena do IBS e o funcionamento do Comitê Gestor

64 Sistemas Tributários do IBS

8 Sistemas Administrativos do Comitê Gestor

4 Sistemas Financeiros do Comitê Gestor



Operar bilhões de DF-e em sistemas integrados, com segurança em escala nacional.

A operação do IBS se organiza em etapas interdependentes, sustentadas por processos-chave e sistemas compartilhados.

ONDE ESTAMOS: COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

O CGIBS não é vinculado a nenhum ente federativo, operando com independência plena (técnica, administrativa, orçamentária e financeira). É fundamental consolidá-lo como instituição nacional funcional.



PARIDADE

Decisão compartilhada

Estados e municípios em paridade institucional no CGIBS. Cada decisão técnica é também uma decisão federativa.



INTEGRAÇÃO

Operação unificada

Cadastro, documentos fiscais, apuração, arrecadação e distribuição operados como um único sistema nacional.



COOPERAÇÃO

Construção conjunta

Articulação permanente com a RFB para harmonizar IBS e CBS.

ONDE ESTAMOS: COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

A construção é conduzida de forma **coordenada entre o CGIBS e a RFB**, por meio de atos conjuntos e grupos técnicos integrados. As **instâncias têm gestão compartilhada** — do cadastro à devolução, passando pela norma e pelo contencioso.

CGIBS · Comitê Gestor do IBS → AUTORIDADE DO IBS



RFB · Receita Federal do Brasil → AUTORIDADE DA CBS

ONDE ESTAMOS: EVOLUÇÃO OPERACIONAL

Em 30/04/2026, IBS e CBS ganham seus regulamentos, publicados de forma coordenada entre o CGIBS e a Receita Federal do Brasil → Dois regulamentos, uma só lógica

ANO DE TESTES

2026

IBS e CBS em fase educativa e orientadora. Apuração em caráter informativo, sem efeitos tributários — ano de aprendizado conjunto entre administrações tributárias e contribuintes.

REGULAMENTO DO IBS

Resolução CGIBS nº 6/2026

617 artigos em 3 livros + 5 anexos técnicos



Janela de
contribuição
até 31/05/2026

REGULAMENTO DA CBS

Decreto nº 12.955/2026

Editado pelo Poder Executivo Federal

HARMONIZAÇÃO IBS / CBS

Portaria Conjunta MF/CGIBS nº 7/2026

Formaliza as disposições comuns aos dois tributos

ONDE ESTAMOS: EVOLUÇÃO OPERACIONAL

Entregas do CGIBS: sistemas, atos normativos e materiais técnicos com mais de 305 atividades em 13 grupos de trabalho.

VISÃO MACRO



PUBLICADO

Regulamento do IBS

Resolução CGIBS nº 6/2026, 617 artigos, 3 livros + 5 anexos. Janela de sugestões até 31/05. *Portaria Conjunta MF/CGIBS nº 7/2026*

PUBLICADOS

Guia e Cartilhas Orientativas

Guia de Impactos Administrativos (GT-08) e Cartilhas da NF-e e da Apuração - referências técnicas nacionais.

EM OPERAÇÃO

Apuração Assistida (piloto)

Cálculo pré-preenchido em validação com empresas aptas. Integração DF-e x módulos de apuração.

CONCLUÍDO

Documentos Fiscais e DeRE

12 modelos adaptados, 4 novos (NFGas, NFAg...). Manuais e leiautes publicados. Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1/2025

EM CONSTRUÇÃO

Split Payment

Plataforma de liquidação financeira em desenvolvimento - governança compartilhada CGIBS e RFB.

EM CONSTRUÇÃO

Cadastro nacional (ANDIC)

Estrutura centralizada de recepção, com integração interfederativa de dados cadastrais. CPF - CNPJ - CIB - ANDIC.

PARA ONDE VAMOS: MUDANÇA CULTURAL

Do controle posterior à conformidade cooperativa. A integração técnica exige também uma nova cultura institucional → entre administrações e entre fisco e contribuinte.

ANTES

Administrações tributárias autônomas

- × Cada ente com sistemas e bases próprias
- × Atuação predominantemente regional
- × Controle e auditoria posteriores ao fato
- × Cooperação ocasional, por convênios
- × Punição como instrumento primário



DEPOIS

Atuação cooperativa nacional

- ✓ Sistemas compartilhados e base nacional de DF-e
- ✓ Inteligência fiscal entre as administrações do país
- ✓ Apuração assistida — orientação prévia ao contribuinte
- ✓ Construção conjunta de norma, processo e tecnologia
- ✓ Servidores como agentes de articulação institucional

PARA ONDE VAMOS: MUDANÇA CULTURAL

01

Articulação institucional permanente

Cronogramas conjuntos CGIBS × RFB e governança formal das frentes interfederativas

02

Preparação das administrações tributárias

Adequação legislativa, capacitação técnica e adaptação de sistemas

03

Aperfeiçoamento normativo contínuo

Janela de contribuição do RIBS até 31/05. Aprovação do Regimento Interno do CGIBS é etapa crítica.

04

Atenção ao riscos

Ciclo eleitoral (político), cronograma pressionado (operacional), convivência de dois sistemas (jurídico)

Manter a Reforma em condições de **virar realidade operacional em 2027** depende de **pactuação contínua** e **construção conjunta** das administrações tributárias, setores econômicos, contribuintes e sociedade

A REFORMA É TÉCNICA.

A CONSTRUÇÃO É COLETIVA.



MUITO OBRIGADO!

Ricardo Neves Pereira

Subsecretário da Receita Estadual do Rio Grande do Sul



**10º CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
DE AUDITORES FISCAIS**

BELO HORIZONTE/BRASIL - 31 de maio a 03 de junho de 2026